



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

PARECER

Campinas, 20 de fevereiro de 2026.

Processo: PMC.2025.00141772-11

Interessado: Secretaria Municipal de Administração (SMA)

Assunto: Alteração do Decreto nº 22.031/2022 (art. 4º, § 6º e inclusão do § 7º) – Pesquisa de preços e critério de seleção em contratações diretas por baixo valor (AMIL).

À Secretaria Municipal de Justiça

À Procuradoria-Geral do Município

Senhor Secretário e Senhor Procurador-Geral,

Vieram os autos da Secretaria Municipal de Justiça (**DOC 17404351**) para ciência, análise e manifestação quanto às sugestões de aprimoramento do Decreto nº 22.031/2022, bem como das práticas administrativas a ele correlatas.

Preliminarmente, vale registrar concordância com o parecer exarado pelo Núcleo de Contratos e Ajustes Públicos (NCAP) da PGM, especialmente com os seguintes trechos:

“Salvo melhor juízo, afigura-se que **o principal problema não é a norma posta, mas o seu mau uso.** É dizer, o art. 4º do Decreto nº 22.031/2022 fixa parâmetros a serem utilizados na pesquisa de preços, prevendo que “se utilizados outros critérios ou metodologias, mediante justificativa do órgão solicitante, indicação do método matemático, inclusão da memória de cálculo no processo, e validação de profissional de economia ou ciências contábeis” (§ 6º). **A norma parece acertada.**”

(...)

“A proposta de alteração resolve o problema prático enfrentado pela SMA-DPE nas contratações diretas. Contudo, salvo melhor juízo, não resolve claramente a questão da competência para validação de preços sequer na AMIL, quando adotada metodologia alternativa para fixação do preço de referência.”

As alterações propostas em dois Decretos Municipais, o de nº 22.031/2022 e o de nº 22.241/2022, foram essencialmente motivadas por um problema prático enfrentado pelo **Departamento de Planejamento Estratégico (DPE)** da **Secretaria Municipal de Administração (SMA)**, **relatado da seguinte forma:** “O §6º, em sua redação atual, exige a validação por profissional de economia ou ciências contábeis para utilização de metodologias alternativas de pesquisa de preços. Na prática, tal previsão tem levado os órgãos a encaminhar ao DPE-COATE processos de dispensa de licitação

(AMIL), apenas para validação de preços pelo critério do menor valor. Essa prática tem onerado a equipe, que não detém competência legal para essa atribuição, conforme a Lei Complementar nº 365/2022.”

Ocorre que o **§ 6º** estabelece a validação de profissional de economia ou ciências contábeis para utilização de “**metodologias alternativas de pesquisa de preços**” e não para validação da metodologia disposta no § 4º do mesmo artigo 4º, do Decreto Municipal nº 22.031/2022, a conferir:

§ 4º Será utilizada planilha eletrônica, cuja **metodologia para obtenção do preço máximo para a contratação consiste na eleição do menor dos valores entre a média ajustada e a mediana**, calculadas a partir da pesquisa de preços, desde que o cálculo inicial incida sobre um conjunto de 3 (três) ou mais preços.

De outra banda, o **Decreto Municipal nº 22.241/2022**, específico de AMIL, estabelece em seu art. 7º:

Art. 7º O valor estimado das contratações será obtido:

I - para obras e serviços de engenharia, através dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 22.227, de 6 de julho de 2022;

II - **para compras e demais serviços, através dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 22.031, de 03 de março de 2022.**

§ 1º **A estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, salvo no caso de disputa de preços eletrônica (AMIL Eletrônica).**

Ressai, daí, cristalino que a **seleção da proposta mais vantajosa na AMIL pode ser obtida concomitantemente ao valor estimado da contratação pelo método do Decreto 22.031/2022** para compras e demais serviços (que não os de engenharia). Vale dizer, **da coleta de preços já se extrai o preço mais vantajoso selecionado (sem qualquer necessidade de validação por profissional de economia ou ciências contábeis porque utilizada a metodologia definida no § 4º do art. 4º do Decreto 22.031),** salvo no caso de AMIL Eletrônica, em que a pesquisa prévia, baseada na metodologia do Decreto 22.031/2022 (**eleição do menor dos valores entre a média ajustada e a mediana**), constituiria o preço máximo aceitável na disputa eletrônica.

Nesse sentido, inclusive, a **manifestação da PLC (DOC 9028129)** no bojo do processo **PMC.2023.00051496-84**, citado pelo Departamento de Licitações no despacho (DOC 16379362), da qual colacionamos o seguinte excerto:

“Objetivamente, deve ser observado o preço igual ou inferior ao estimado para efeito da contratação.

Daí, surge a questão levantada pelo Departamento de Licitações, no sentido de que “não seria possível estabelecer o preço de referência da cotação eletrônica igual ao menor preço orçado, utilizando-se da regra prevista no §6º do Art. 4º do Decreto nº 22.031/22, a fim de

se evitar a contratação pelo método eletrônico em preço acima do menor preço encontrado nos orçamentos?”

A resposta é sim.

Quaisquer dos critérios adotados para efeito de pesquisa de preços deve ser realizada dentro dos parâmetros indicados nos incisos do artigo 4º do Decreto 22.031/22, **observando-se sempre a necessidade de contratação por preço igual ou menor ao estimado/orçado.”**

Diante dessas premissas, torna-se **despicienda qualquer alteração do Decreto Municipal nº 22.031/2022 ou no Decreto Municipal nº 22.241/2022.**

Aliás, em análise à **última versão da Minuta de Decreto (DOC 16819448)**, consideram-se **equivocadas as redações dos §§ 6º e 7º do art. 4º do Decreto 22.031 e, ainda, do parágrafo único do art. 4º do Decreto 22.241/2022**, pelos motivos a seguir expostos:

§ 6º A inclusão da expressão “Quando se tratar de procedimento licitatório” induz a crer que outros critérios e metodologias não poderiam ser estabelecidos nos casos de contratação direta, raciocínio claramente equivocado.

§ 7º Estabelece que a seleção do fornecedor **decorrerá do critério de menor preço**, quando a própria Lei Federal nº 14.133/2021 prevê, em seu art. 11, como objetivo do processo licitatório a **seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso** (não necessariamente a de menor preço), mas a de preço justo (o que afasta o sobrepreço ou preço manifestamente inexequível), considerando o ciclo de vida do objeto.

Parágrafo único – Além das razões expostas para o § 7º, o art. 4º diz respeito ao conteúdo do Termo de Referência, não sendo adequado inserir, nele, conteúdo relacionado a critério de julgamento de menor preço por item ou valor global. Há também menção indevida à “modalidade” para se referir a critério de julgamento. Vale destacar que o art. 3º do mesmo Decreto 22.241/2022, em seus incisos IV e VI estabelecem a necessidade de destaque e comprovação da seleção da proposta mais vantajosa.

Demais disso, **a solução engendrada pelo NCAP de introdução dos §§ 6º-A e B também parece desnecessária**, porquanto o DPE – COATE não se manifesta apenas em procedimentos licitatórios conduzidos pela SMA, mas deve oferecer suporte técnico a todos os órgãos municipais, conforme se depreende das competências a ela atribuídas pela **Lei Complementar nº 365/2022**, a saber:

4.1. Coordenadoria Departamental de Análise Técnico-Econômica:

- Oferecer suporte de gestão às secretarias municipais relativamente às licitações, emitindo e analisando relatórios.
 - Elaborar as cláusulas de revisão contratual e de saúde econômico-financeira dos instrumentos convocatórios.
 - Analisar a saúde econômico-financeira das licitantes, emitindo manifestação técnica.
 - Disponibilizar suporte técnico para elaboração de planilhas de custos que possibilitem o cálculo dos reajustes e repactuações dos contratos.
 - Calcular as revisões contratuais, emitindo manifestação técnica conclusiva contendo valores unitários e totais.
 - Disponibilizar suporte técnico para elaboração de planilhas de custos a serem utilizadas nas pesquisas de preços realizadas pelas secretarias.
 - Executar outras tarefas correlatas à execução das atribuições da coordenadoria.
- #### 4.1.1. Setor de Apoio Técnico e Econômico:
- Coletar dados relativos a preços de mercado.
 - Identificar preços praticados pelo Município em objetos similares.
 - Verificar as possibilidades de economia e escala.
 - Gerar relatórios que subsidiem as análises técnico-econômicas.
 - Executar outras tarefas correlatas às atribuições do setor.

Por fim, considerando o histórico trazido à lume pelo DPE, parece não haver a desejável compreensão sistemática dos dois precitados Decretos 22.031 e 22.241, ambos de 2022, por parte dos órgãos municipais, razão pela qual a questão poderá ser resolvida por meio de **ato normativo a ser expedido pela Secretaria Municipal de Administração, com a competência estabelecida no art. 8º do Decreto nº 22.031/2022 e no art. 21 do Decreto nº 22.241/2022**, no sentido de orientar os órgãos em geral sobre a dispensa de envio dos processos de AMIL ao DPE objetivando a suposta “validação de preços pelo critério do menor valor”.

À consideração de Vossas Senhorias, a quem renovamos nossos protestos de elevada e distinta consideração.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 20/02/2026, às 16:47, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 20/02/2026, às 16:58, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17821725** e o código CRC **F2452B01**.